

OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS A PARTIR DA PRODUÇÃO INFORMAL DE MORADIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ, ALAGOAS

Paulo Rogério de Freitas Silva¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1570-6391>

Edson Valente Costa Neto² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0302-0328>

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maceió, AL, Brasil*

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil**

Artigo recebido em 31/07/2022 e aceito em 08/08/2023

RESUMO

O tema em desenvolvimento se refere a uma análise da provisão de moradias na perspectiva informal na Região Metropolitana de Maceió, Alagoas, Brasil, associando essa produção ao nível de infraestrutura e a disponibilidade de serviços, surgindo como uma resposta à necessidade de moradia em espaços menos valorizados, características que justificam este estudo refletindo o planejamento urbano saudável. O objetivo busca demonstrar essas formas de provisão de moradias e as consequências para os que ali residem, pois, em geral, são populações com condições socioeconômicas precárias, tendo como agravante, que muitos aglomerados possuem densidade de edificações elevada, facilitando a disseminação de doenças. Entendemos que a área em estudo abriga uma lógica que envolve historicamente as formas e estratégias de comunidades pobres na sua luta pela habitação, quando esses encontram alternativas na construção informal em terrenos públicos ou privados. A localização dos mesmos ocorre em terrenos desprezados pelo mercado protocolar, estando em áreas ambientalmente frágeis das urbes. A provisão da moradia está condicionada a ausência de uma política para a população carente, fora do mercado imobiliário formal definido pelo sistema capitalista, obrigando a ocupação das áreas frágeis.

Palavras-chave: Alagoas; provisão; Maceió; moradia

SUBNORMAL CLUSTERS FROM THE INFORMAL PRODUCTION OF DWELLINGS IN THE METROPOLITAN REGION OF MACEIÓ, ALAGOAS

ABSTRACT

We carried out an analysis of the provision of housing in the informal perspective in the Metropolitan Region of Maceió, Alagoas, Brazil, as a process that historically involves strategies of the poorest

* Docente do Programa de pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, onde coordena o Laboratório de Estudos Regionais. E-mail: paulgeografia@gmail.com

** Mestre em Geografia pelo Programa de pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: edson_valentecosta@hotmail.com

population in search of housing, highlighting that its existence is related to real estate speculation, the lack of infrastructure, and the peripheralization of the population, emerging as a response to the need for housing in less valued spaces, characteristics that justify this study that reflects healthy urban planning. The objective seeks to demonstrate these forms of housing provision and the consequences for those who live there, since, in general, they are populations with precarious socioeconomic conditions, with the aggravating factor that many agglomerates have a high density of buildings, facilitating the spread of diseases. We understand that the area under study harbors a logic that historically involves the forms and strategies of poor communities in their struggle for housing, when they find alternatives in informal construction on public or private land. Their location occurs on land neglected by the protocol market, being in environmentally fragile areas of cities. The provision of housing is conditioned to the absence of a policy for the needy population, outside the formal real estate market defined by the capitalist system, forcing the occupation of fragile areas.

Keywords: Alagoas; provision; Maceió; home

CONJUNTOS SUBNORMAL DE LA PRODUCCIÓN INFORMAL DE VIVIENDAS EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE MACEIÓ, ALAGOAS

RESUMEN

El tema en desarrollo se refiere a un análisis de la provisión de vivienda desde una perspectiva informal en la Región Metropolitana de Maceió, Alagoas, Brasil, asociando esa producción al nivel de infraestructura y disponibilidad de servicios, surgiendo como respuesta a la necesidad de viviendas en zonas menos valoradas, características que justifican este estudio reflejando un urbanismo saludable. El objetivo busca evidenciar estas formas de provisión de vivienda y las consecuencias para quienes las habitan, ya que, en general, son poblaciones con condiciones socioeconómicas precarias, con el agravante de que muchos aglomerados tienen una alta densidad de edificaciones, facilitando la propagación de enfermedades. Entendemos que la zona de estudio alberga una lógica que involucra históricamente las formas y estrategias de las comunidades pobres en su lucha por la vivienda, cuando encuentran alternativas en la construcción informal en terrenos públicos o privados. Su ubicación se da en terrenos abandonados por el mercado protocolario, estando en zonas de las ciudades ambientalmente frágiles. La provisión de vivienda está condicionada a la ausencia de una política para la población necesitada, fuera del mercado inmobiliario formal definido por el sistema capitalista, obligando a la ocupación de áreas frágiles.

Palabras clave: Alagoas; disposición; Maceió; hogar

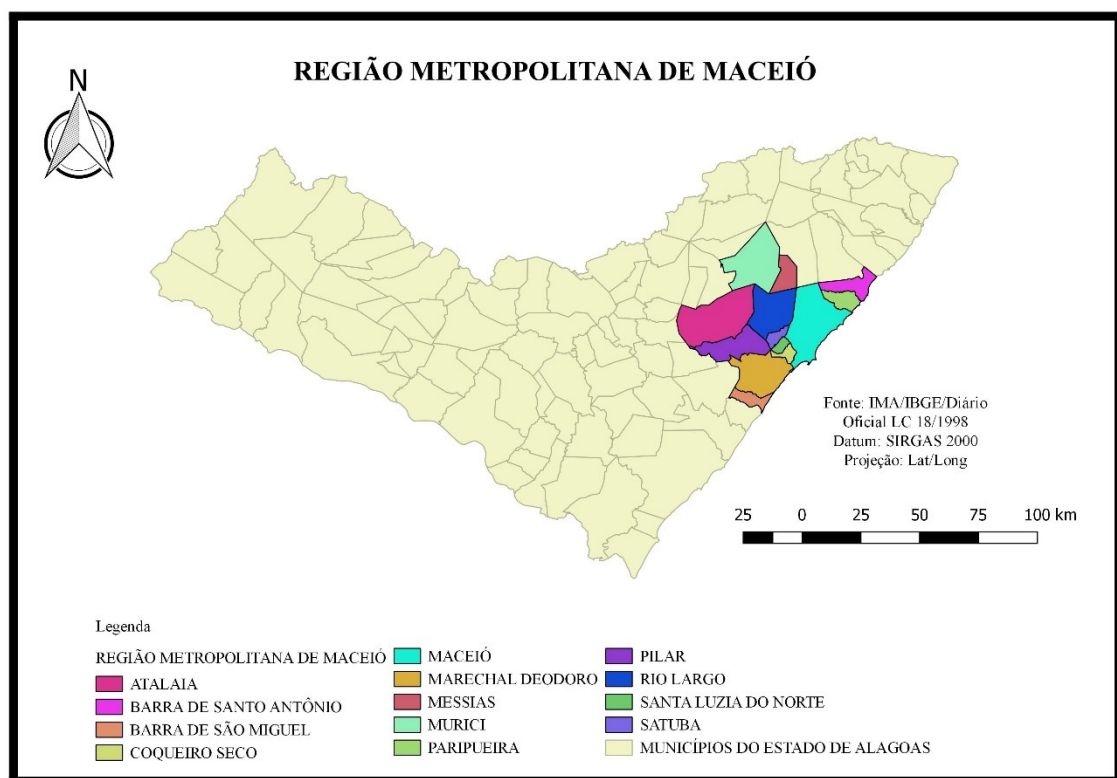
INTRODUÇÃO

Temos como foco de análise as desigualdades no território, para pensar o desafio da provisão de moradias informais na Região Metropolitana de Maceió, estado de Alagoas, conforme Figura 01, e suas consequências, por concentrar uma população carente e diferentes mazelas.

O objetivo do artigo busca demonstrar essa realidade e suas consequências, pois em geral, são populações com condições socioeconômicas precárias, tendo como agravante, que muitos aglomerados que se formam, possuem densidade de edificações elevada, facilitando a disseminação de doenças.

Justificamos que a realização dessa análise, avulta que essa realidade está relacionada à especulação imobiliária, o baixo poder aquisitivo de parte da população, à carência de infraestruturas, e à consequente periferação da população que habita espaços menos valorizados.

Figura 01 – Região Metropolitana de Maceió



Fonte: Adaptado a partir de Silva (2021)

Consideramos que essa discussão acontece num período de expansão urbana da “metrópole” Maceió, apresentando uma dinâmica na costa, principalmente em direção ao litoral norte e sul, através da rodovia AL - 101, assim como, uma expansão que acompanha a rodovia BR - 104, atuais, Avenida Fernandes Lima e Avenida Durval de Góis Monteiro e suas adjacências e, a BR - 316, atual Avenida Menino Marcelo ou Via Expressa e suas adjacências.

Ao nos referimos a expansão da cidade de Maceió no município, consideramos que o território municipal da capital ocupa uma área de 509,5 quilômetros quadrados, concentrando uma zona rural com predominância de atividades primárias, com possibilidades de expansão

interna. Por outro lado, a cidade de Maceió, se conurba também, em algumas áreas, com algumas cidades, sedes de municípios, ou outros tipos de aglomerados, que compõem a Região Metropolitana de Maceió, tais como com, Rio Largo, Satuba, Marechal Deodoro e Paripueira.

Como proposta de encaminhamento, realizamos leitura de documentos, que analisam Maceió e sua Região Metropolitana, para averiguar a dinâmica da expansão urbana da cidade de Maceió contida tanto no município de Maceió, assim como, na Região Metropolitana de Maceió, estando a mesma atrelada a interesses diversos e contida num arranjo territorial e regional instituído e definido a partir de variáveis diversas, que compreendem cidades, vilas e municípios que se conectam.

Para o desenvolvimento da pesquisa, analisamos documentos de órgãos oficiais como o IBGE, entre outras referências que nos possibilitaram encontrar respostas para a realidade em foco. Na análise da provisão de moradias na perspectiva informal, foi preciso considerar os aspectos físico-ambientais presentes, com destaque para o relevo, que aliados aos processos históricos contribuíram para consolidar o arranjo urbano, marcado por um quadro de desigualdade socioeconômica, que tem na habitação uma de suas formas espaciais de expressão.

Sendo assim, nessa empreitada foi necessário considerar a análise de imagens, afim de reconhecer a dinâmica de expansão; assim como, foi preciso conhecer a história; as estratégias de produção informal; os aspectos físico-ambientais e; evidenciar a forma de provisão de moradia.

Inicialmente fizemos a catalogação nos órgãos e instituições públicos e privados, bibliotecas, etc., de documentos, imagens, entre outros recursos, que tratem do tema em foco. Como referência norteadora dessa discussão fizemos uso da obra Sousa et al (2015), buscando auxílio para entender essas formas de provisão de moradias em Maceió e em sua região metropolitana, a partir do modelo aplicado para entender tal situação no Recife, assim como, utilizamos Corrêa (1989), para refletir e definir os agentes que produzem o espaço urbano, com destaque para os grupos sociais excluídos.

METODOLOGIA

Destacamos que essa discussão das formas de provisão de moradias, conforme Sousa et al (2015, p. 243), tanto ocorrem na perspectiva empresarial (produção empresarial de moradias) assim como ocorrem, na perspectiva da autoconstrução ou autogestão individual e autogestão

coletiva (produção informal de moradias) assim como, na perspectiva da produção pública (promoção pública de moradias).

A produção informal de moradias, ainda conforme Sousa et al (2015, p. 243), “envolve historicamente as formas e estratégias das comunidades mais pobres na sua luta pela habitação, seja por autoconstrução ou autogestão individual e autogestão coletiva, realizadas informalmente em terrenos públicos ou privados.”

Sendo assim, esse modelo de produção de moradias, formaliza territorialmente aglomerações habitadas por grupos sociais excluídos. Destacamos que esses aglomerados são extensões denominadas popularmente por favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros.

Acrescentamos que o IBGE (2020), define formalmente esses territórios, como aglomerados subnormais, sendo configurações de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas. Esses aglomerados são marcados por um modelo de habitações construídas precariamente e de forma irregular em decorrência do baixo poder aquisitivo da população, tais como os grupos sociais excluídos, definidos por Corrêa (1989). Como critério de classificação dessas áreas, o IBGE (2020), considera a ausência do título de propriedade das moradias e pelo menos uma das seguintes características: inadequação no abastecimento de água, fornecimento de energia, coleta de lixo, destino de esgoto e/ou padrão urbanístico irregular e/ou restrição de ocupação do solo. Nos aglomerados subnormais, residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia mais precárias. Como agravante, muitos aglomerados possuem uma densidade de edificações elevada, podendo facilitar a disseminação de doenças, com destaque para a COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseados nessas características elencadas podemos destacar que em Maceió e em sua Região Metropolitana, os aglomerados subnormais são brotados a partir da autoconstrução ou autogestão individual ou coletiva que formaram arquétipos definidos pelo IBGE (2020), como: “favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros”.

Como comprovação, na lista dos 114 aglomerados subnormais existentes no estado de Alagoas, 95 estão situados na cidade de Maceió e os demais 19 aglomerados subnormais, estão distribuídos em 11 cidades, sendo que desse total, 06 delas também compõem a Região Metropolitana de Maceió, sendo elas: Rio Largo, Marechal Deodoro, Barra de Santo Antônio, Murici, Paripueira e Satuba, configurando um número muito expressivo de aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Maceió. Cidades do interior, como, Arapiraca, Novo Lino, Maragogi e Japaratinga, cada uma concentra 01 aglomerado subnormal e São Luiz do Quitunde 03 aglomerados subnormais. Sendo assim, atestamos que dos 114 aglomerados subnormais em Alagoas, 107 estão situados na Região Metropolitana de Maceió, IBGE (2010), conforme Quadro 01.

Quadro 01 – Distribuição de aglomerados subnormais em municípios alagoanos e população residente em domicílios particulares ocupados

Localidades	Aglomerados	População residente em domicílios particulares ocupados (aglomerados subnormais)
Alagoas	114	130.428
Maceió	95	114.659
Rio Largo	04	3.662
Marechal Deodoro	03	1.331
São Luís do Quintunde	03	3.632
Barra de Santo Antônio	02	854
Satuba	01	687
Paripueira	01	727
Murici	01	1.397
Novo Lino	01	386
Arapiraca	01	615
Maragogi	01	1.872
Japaratinga	01	606

Fonte: IBGE, (2010).

Destacamos que a Região Metropolitana de Maceió, contém áreas de maior valorização imobiliária, onde o setor imobiliário interfere, como por exemplo, na planície litorânea, próximo aos resquícios da mata atlântica, assim como têm áreas, onde o modelo de construção é definido pelos grupos sociais excluídos, tais como as encostas e grotas. Essa realidade se relaciona com fatores de caráter morfológico, além dos sociais, pois com os ditames do setor imobiliário, parte da população é excluída para áreas menos valorizadas.

Aspectos históricos são importantes, pois o declínio da produção açucareira em Alagoas, acarretou dispensa de trabalhadores, além de outros motivos, tais como o êxodo rural e urbano derivado do semiárido alagoano, em alguns períodos longos de estiagem, que provoca fluxos emigratórios para a capital e seu entorno, motivando a ocupação irregular na região analisada.

Atestamos que em Alagoas, existem 64.568 domicílios ocupados em aglomerados subnormais, equivalendo a 6,68% em relação ao total de domicílios ocupados no estado. No município de Maceió existem 55.152 domicílios ocupados em aglomerados subnormais, que equivale a 17,32% em relação ao total de domicílios ocupados no estado, segundo o IBGE (2020), o que de pronto demonstra a concentração desse tipo de aglomerado na capital do estado.

Da população residente em aglomerados subnormais em Alagoas, que totaliza 130.428 habitantes, 123.317 pessoas residem em aglomerados subnormais das cidades da Região Metropolitana de Maceió e, 7.111 indivíduos, residem em aglomerados subnormais das cidades do interior alagoano, o que deixa claro que a Região Metropolitana de Maceió concentra o maior número de aglomerados subnormais e consequentemente de população residentes nesses territórios, conforme o IBGE (2010).

Na Região Metropolitana de Maceió, os aglomerados subnormais, definidos a partir da produção informal de moradias, localizam-se principalmente em encostas de tabuleiros, grotas, as margens de lagoas, de rios, pois o relevo e a hidrografia da cidade e de sua região favorecem a ocupação dessas áreas pela população de baixa renda. Podemos assim sugerir que essa realidade, na cidade de Maceió e em sua região metropolitana, se relaciona com fatores de natureza geomorfológica e hidrográfica, para além dos aspectos socioeconômicos, pois com os ditames do setor imobiliário, parte da população é excluída para áreas menos valorizadas, de acordo com o que se define, através do setor imobiliário, como de forte atração. Existem áreas de maior valorização, onde o grande setor imobiliário interfere, como por exemplo a planície litorânea, e outras áreas, onde o modelo de autoconstrução e autogestão são definidos por aqueles chamados grupos sociais excluídos, conforme, (CORRÊA, 1989).

A priori podemos identificar que as dinâmicas de expansão urbana na Região Metropolitana de Maceió, ocorrem predominantemente no município ou em torno do município de Maceió, a exemplo de Marechal Deodoro, por concentrarem serviços, equipamentos, atração paisagística e eixos de integração, contribuindo para o processo de provisão de moradia considerando as estratégias de produção empresarial na região metropolitana. Atentamos, novamente, que a dinâmica que acompanha a produção imobiliária na região, é marcada por fatores socioambientais, onde as características físicas da área condicionam o processo de ocupação no território, caracterizando um cenário de desigualdades. Podemos identificar, que na planície litorânea as margens do oceano atlântico, encontram-se maior distribuição de infraestrutura e funcionamento de serviços, resultando no maior valor imobiliário concentrando grande parte das moradias de famílias com média e alta renda. Tais domicílios estendem-se ao

longo da orla de Maceió, seguindo o sentido sul nos municípios de Marechal Deodoro e Barra de São Miguel, os dois últimos concentrando principalmente condomínios horizontais fechados, muitas vezes em área de mangues. Atestamos também alguns condomínios e loteamentos fechados em áreas verdes de fundo de várzeas e de preservação de resquícios de mata atlântica no município de Maceió, na “parte alta”, região de tabuleiros, voltada para população de média e alta renda. Ao mesmo tempo, paralelo a esses empreendimentos da planície litorânea e lagunar e de áreas verdes do tabuleiro, a produção imobiliária predominante localizados ao longo das rodovias BR – 316, BR - 101 e BR - 104, são em maior número conjuntos habitacionais e/ou condomínios considerados populares atendendo famílias de classe menos abastada.

Para além desses fatores já citados os aspectos históricos são de extrema importância para a análise da ocupação na cidade de Maceió, pois a crise no setor sucroalcooleiro é parte do motivo da ocupação irregular na cidade, devido à forte dispensa de força de trabalho.

Quem colabora teoricamente com essa questão é Corrêa (1989, p. 29-30), quando relaciona os agentes que produzem o espaço urbano, aqui em destaque, os grupos sociais excluídos com o tema moradias, elucidando que,

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite que se acham degradadas e subdivididas - a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela.

Ao fazer essa observação o autor está permitindo um diálogo, pois no caso de Maceió e sua Região Metropolitana, o sistema de autoconstrução nas periferias é uma realidade para aqueles que não têm acesso à moradia.

Quem também colabora com essa discussão é Melo e Lins (2010, p.06), quando destacam que:

Nessa cidade, a localização territorial dos assentamentos da população de baixa renda, da mesma forma em que ocorre nas demais cidades brasileiras, se dá nos terrenos “desprezados” pelo mercado formal de terras, que correspondem principalmente às áreas ambientalmente frágeis da cidade, quais sejam: as grotas e encostas e as margens da Lagoa Mundaú.

Melo e Lins (2010, p. 07), também nos concedem uma informação importante, quando listam os bairros que podem ser considerados de maior vulnerabilidade socioambiental, palcos de deslizamentos de encostas e desabamentos em Maceió:

Às margens da Lagoa Mundaú, por sua vez, se localizam dez dos cinquenta bairros de Maceió: Rio Novo, Fernão Velho, Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Levada, Vergel do

Lago, Ponta Grossa, Trapiche da Barra e Pontal da Barra. Em quase todos eles, próximo às, ou mesmo, sobre as águas da Lagoa, é possível encontrar barracos de madeira, papelão e lona – como no complexo de “favelas do Dique-estrada.

Pode ser entendido que a população que habita esses bairros é vítima dessa lógica anteriormente citada, quando o setor privado “formal” é dominante, já que a única opção dessa população, se abriga nessas áreas com realidade socioambiental desfavorável, diferente da planície litorânea que margeia o Atlântico, com forte especulação imobiliária.

Destacamos que nessas áreas, residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia mais precárias. Como agravante, muitos aglomerados possuem uma densidade de edificações elevada, facilitando a disseminação de doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentamos que os conceitos de autoconstrução e autogestão individual definidos em Sousa et all (2015); aglomerados subnormais definidos pelo IBGE (2020) e; de grupos sociais excluídos documentado em Corrêa (1989); que foram acentuados como centrais nesse trabalho, possuem uma interdependência, formando uma base teórica que concede um bom diálogo sobre o assunto proposto e aqui desenvolvido.

É possível por meio de Corrêa (1989, p.29-30), atestar que a habitação é um bem cujo acesso é seletivo e que parcela enorme da população não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, para comprar um imóvel, e que a eles restam o sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, e a favela.

A definição de autoconstrução em loteamentos periféricos definida por Corrêa (1989), é destacada em Sousa et all (2015, p.243), como autoconstrução ou autogestão individual e autogestão coletiva, envolvendo os processos em que os usuários, isoladamente ou organizados coletivamente em associações ou cooperativas, são os promotores do empreendimento, controlam o projeto e o processo de construção diretamente, envolvendo ou não mão de obra própria.

Quando Corrêa (1989), elenca as favelas como refúgios para aqueles que não têm recursos para aquisição de um imóvel, está se referindo aos aglomerados subnormais que o IBGE (2020) conceitua como uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade

alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

Sendo assim, embasados por esses encaminhamentos teóricos-metodológicos, que tratam da realidade em foco, concluímos que a luta pela habitação que caracteriza o sistema de autoconstrução ou autogestão individual e autogestão coletiva, é característica dos grupos sociais excluídos, que caracterizam a própria luta de classes do capitalismo que se manifesta no espaço, materializada no setor imobiliário, a partir dos agentes que produzem o espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos, conforme aponta Corrêa (1989).

É, a partir dessa análise, que se pode concluir que na Região Metropolitana de Maceió e principalmente na cidade de Maceió, conforme apontado no Quadro 01, que podemos ver claramente essa realidade imposta, quando aparentemente o Estado falha em prover segurança habitacional aos grupos sociais excluídos, e que os promotores imobiliários, os proprietários do meio de produção e os promotores imobiliários, definem onde se pode habitar: na planície litorânea ou na grotas.

Dessa maneira entende-se que a Região Metropolitana de Maceió abriga uma lógica definida por Sousa et al (2015, p. 243), que envolve historicamente as formas e estratégias de comunidades mais pobres na sua luta pela habitação, quando esses segregados e excluídos encontram alternativas na autoconstrução ou autogestão individual e coletiva, informalmente em terrenos públicos ou privados.

Podemos exemplificar quando assinalamos baseados em IBGE (2010), que na lista dos 114 aglomerados subnormais, distribuídos em Alagoas, 95 estão situados na cidade de Maceió e os demais 19 aglomerados subnormais, estão distribuídos em 11 cidades, sendo que desse total, 06 delas também compõem a Região Metropolitana de Maceió.

A localização desses aglomerados subnormais ocorre em terrenos abandonados pelo mercado protocolar de terrenos, que se localizam, principalmente em áreas ambientalmente frágeis da cidade, quais sejam: as grotas e encostas e as margens da Lagoa Mundaú, conforme destacam, Melo e Lins (2010, p.06).

Atentamos que com a expansão imobiliária em direção ao litoral norte da cidade de Maceió e em Paripueira e Barra de Santo Antônio, vem acelerando a segregação socioespacial

já vigente desde a segunda metade do século XX. Como afirma Rechenberg (2019, p. 06), essa área se torna o “novo polo de desenvolvimento da cidade, impulsionado pela inauguração em novembro de 2013 do Parque Shopping Maceió no bairro Cruz das Almas, e o início das obras de duplicação da rodovia AL - 101 Norte.” Concluimos que dessa maneira o local ganha uma nova estrutura que tende a “separar por enclaves ricos e pobres”, uma espécie de castas do desenvolvimento urbanístico, podendo ser sugerido nesse modelo um processo de gentrificação.

Nos últimos anos, diversos condomínios fechados horizontais e verticais foram construídos ou estão sendo construídos e vendidos no litoral norte, conforme Rechenberg (2019, p. 07). A autora mostra bem como a propaganda paisagística do local é sempre ligada a noção de paraíso tropical, um local onde se pode ter um “mar particular” e uma zona de expansão pautada na “visão individualista do modo de usufruir do espaço a despeito de todos os laços de sociabilidade construídos no lugar.”

Acrescentamos, também, que no “litoral sul”, novos empreendimentos imobiliários se tornam disponíveis na Barra Nova e na Praia do Francês, município de Marechal Deodoro, assim como no município de Barra de São Miguel, quando diversas ações contribuem como atrativos imobiliários, a exemplo dos loteamentos e condomínios margeando as lagoas Mundaú, Manguaba e Roteiro. A oferta é geralmente de imóveis em condomínios horizontais com forte apelo paisagístico e facilidade de locomoção.

As construtoras criaram um cenário, um fetiche pela tipologia, ligando o sentimento de felicidade em morar em certos lugares, demonstrando também as vantagens de habitar esse espaço associados a localização, por isso os empreendimentos se localizaram em áreas litorâneas, ligados à cultura de sol e mar, algo do desejo de muita gente.

Superar a “velha forma de morar” era um imperativo na vida burguesa na cidade e região metropolitana e foi essa ideia e sentimento que deu sentido às ações que cabem perfeitamente no conceito de viver bem.

Ainda destacamos que o Estado é um importante agente para a promoção pública da moradia, o qual tem por intuito atenuar problema de ausência de moradia, garantindo assim um direito básico que é previsto pela constituição. Nesse contexto, trazemos a discussão sobre os conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Maceió, considerando que os principais conjuntos habitacionais existentes na região, foram construídos ao longo das rodovias que cruzam e/ou interligam os municípios. Isso pode ser identificado no caso do município de Rio Largo, que concentra os conjuntos habitacionais Jarbas Oiticica e Antônio Lins de Souza

dispostos ao longo da rodovia BR -104. Outro exemplo que merece destaque é referente ao município de Satuba, onde atestamos conjuntos habitacionais localizados as margens da rodovia BR – 316.

Ressaltamos que vários são os conjuntos habitacionais erguidos em áreas próximas as divisas municipais, tendo como exemplos, Rio Largo, Satuba, Pilar, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, o que nos leva a ajuizar como um possível projeto de contenção da população de baixa renda nas bordas das cidades e dos municípios ou, no que se refere a Região Metropolitana de Maceió, em áreas limítrofes dos municípios vizinhos ao de Maceió, distanciado, possivelmente, as populações residentes nesses conjuntos das áreas centrais, especificamente da cidade de Maceió.

Ainda ponderamos que as formas de provisão da moradia na Região Metropolitana de Maceió, a partir da produção informal de moradias que define quase sempre aglomerados subnormais, está condicionada, conforme atestamos e apresentamos em dados formais, a ausência de uma política efetiva voltada para assentar a população carente, que está fora do mercado imobiliário formal definido pelo sistema capitalista e que nem tem acesso aos conjuntos habitacionais.

Embasados pelos encaminhamentos, que trataram da realidade em foco, concluímos que a luta pela habitação que caracteriza o sistema de autoconstrução ou autogestão individual e autogestão coletiva, é atributo dos grupos sociais excluídos, que individualizam a própria luta de classes que se manifesta no espaço, materializada no setor imobiliário, a partir dos agentes que produzem o espaço urbano.

A localização desses aglomerados subnormais, ocorre, normalmente, em terrenos abandonados pelo mercado protocolar imobiliário, ou seja, pelos donos do capital, pelos donos de terra, pelos promotores imobiliários, encontrando-se, principalmente em áreas ambientalmente frágeis da cidade.

Para quem é a planície litorânea, a encosta dos tabuleiros, as grotas, a planície lagunar em Maceió? Quem pode visualizar a paisagem deslumbrante dos verdes mares, ouvir o cantar dos pássaros e a brisa suave do aconchego dos ventos???

Fica a reflexão!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Editora Ática. São Paulo, 1989.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Notas Técnicas. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: 2010.

MELO, T. S.; LINS, R. D. B. O fenômeno dos assentamentos humanos precários em áreas urbanas ambientalmente frágeis: o caso das favelas do dique-estrada. In: **V Encontro Nacional da Anppas**, 4 a 7 de outubro de 2010, Florianópolis - SC – Brasil. p. 1-20.

RECHENBERG, F. Novas formas de morar?: os (des)caminhos da expansão imobiliária no litoral norte de Maceió, Alagoas. **Ponto Urbe: Revista núcleo de antropologia urbana da USP**, [S.L.], n. 24, p. 1-17, 25 jun. 2019. Semestral. OpenEdition.

SILVA, P. R. de F. **Configuração Espacial de Alagoas**. Editora Sertão Cult, Sobral, CE: 2021, 234, p.

SOUZA, M. Â. de A., et all. As formas de provisão da moradia na configuração socioespacial da Região Metropolitana do Recife. Em Maria Ângela de Almeida Souza & Jan Bitoun. (Eds.), **RECIFE: transformações na ordem urbana** (p. 241-285) (Ed.1). Letra Capital. Rio de Janeiro, 2015.